

PROJETO DE LEI Nº 2639.09, DE 22 DE JUNHO DE 2021.
ORIGEM: EXECUTIVO MUNICIPAL

Abre Crédito Especial no Orçamento Municipal vigente e aponta recursos para cobertura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte,

L E I

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Especial no Orçamento Municipal vigente, no montante de R\$ 11.530,00 (onze mil quinhentos e trinta reais), assim classificados:

04 - SECRETARIA DE FINANÇAS:

02 - ENCARGOS MUNICIPAIS:

28.845.0000.0047 - RESTITUIÇÕES DE SALDOS DE TRANSFERÊNCIAS ESTADOS E UNIÃO;

3.3.3.2.0.93.00 - Indenizações e Restituições(1073)....R\$ 11.530,00

SUB TOTALR\$ 11.530,00

T O T A LR\$ 11.530,00

Art.2º - Para dar cobertura ao Crédito Especial autorizado no artigo precedente, servirá de recurso, conforme segue:

a) Superávit financeiro 2020 Ministério de Esporte - Incentivo ao Esporte e Lazer.....R\$ 5.230,00

b) Excesso da Arrecadação 2021.....R\$ 6.300,00

SUB TOTAL.....R\$ 11.530,00

T O T A LR\$ 11.530,00

Art. 3º - A Presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PROGRESSO,
Em 22 de junho de 2021.

PAULO GILBERTO SCHMITT
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Secretário de Administração e Planejamento

MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 2630.09/2021.
Ao Projeto de Lei Nº 2639.09/2021.

Senhor Presidente e
Senhores Vereadores:

Encaminhamos a essa Casa Legislativa o presente Projeto, de natureza técnico-contábil, embasado na Lei Federal nº 4320/64 que visa abertura de Crédito Especial na Secretaria de Finanças.

Pelo presente pretendemos inserir no orçamento municipal vigente saldo residual do Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer captado no ano de 2020.

Ocorre que o recurso deveria ter sido aplicado no decorrer do ano de 2020, porém, as aulas de ginástica, patinação, artes marciais e natação foram suspensas, em cumprimento ao isolamento social determinado pelas medidas de enfrentamento à pandemia do COVID-19. Assim sendo, os contratos também foram suspensos e o recurso ficou em conta aguardando a retomada das atividades e consequentemente dos acordos com os monitores de esporte contratados. Porém, no ano de 2020 não foi permitida a retomada das aulas. Então este Executivo solicitou prorrogação do prazo do Termo de Acordo firmado com o Ministério do Esporte, a fim de aproveitar o valor captado no ano de 2020. Após diversas e insistentes tentativas essa prorrogação não foi concedida devendo o Município devolver o saldo remanescente e captar novamente o valor para 2021.

Para que possamos realizar o procedimento de devolução, o valor deve ser inserido no Orçamento Municipal vigente, o que buscamos via o presente projeto de lei.

À consideração de Vossas Senhorias.

Atenciosamente

PAULO GILBERTO SCHMITT
Prefeito Municipal